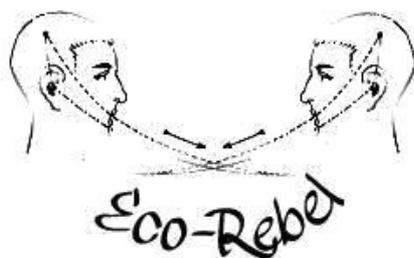


Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem, v. 01, n. 01, p. 38-46, 2015.



BIODIVERSIDADE E DIVERSIDADE

ETNOLINGÜÍSTICA NA AMAZÔNIA

Aryon Dall'Igna Rodrigues (UnB)

R e s u m o : O objetivo deste artigo é pôr em paralelo a diversidade linguística com a diversidade biológica na região da Amazônia. Até certo ponto a primeira tem a ver com a segunda. Por ser uma região rica biologicamente, é também rica linguisticamente, fato difícil de comprovar, mas que se tenta provar mediante projeções plausíveis. Por ser uma região só acessível mediante o istmo do Panamá, a região desenvolveu fenômenos linguísticos raros, só existentes nela. A obsolescência e morte de línguas em curso acarretará grande perda no conhecimento linguístico, nos níveis fonológico, morfológico, sintático e até semântico.

P a l a v r a s - c h a v e : Biodiversidade; Linguodiversidade; Obsolescência linguística; Morte de língua; Amazônia.

A b s t r a c t : The objective of this article is to show that there are interesting parallels between biological diversity and language diversity in Amazonia. Up to a certain point, the former has to do with the latter. Once it is rich biologically, it is also rich linguistically, what is not easy to show, unless we use plausible projections. This region is relatively isolated from the rest of the world, being accessible only through the isthmus of Panama. This lead to the development of rare linguistic phenomena, which can be found only here. The consequence of the ongoing language obsolescence and death will be the loss of invaluable language knowledge, at all levels, such as the phonological, the morphological, the syntactic and even the semantic.

K e y w o r d s : Biodiversity; Languodiversity; Language obsolescence; Language death; Amazonia.

1. Diversidade biológica e diversidade cultural e linguística.

Assim como a diversidade biológica é produto de milhares de anos de evolução, isto é, da interação entre as espécies, de migrações para novos meios ambientes, de adaptação a mudanças climáticas etc., também a diversidade cultural e linguística ou, numa palavra, a diversidade etnolinguística decorre de processos seculares e milenares de dispersão de grupos humanos e de interação de uns com outros e com novos meios ambientes. A língua e a cultura podem ser vistos como fenômenos independentes, já que um indivíduo pode aprender a falar línguas de povos com culturas muito diferentes da

sua e, sendo assim, todo um povo pode adquirir uma segunda língua e, eventualmente, mudar de língua. Não obstante isso, língua e cultura se interpenetram de tal forma, que não se pode conceber uma sem a outra. Sem línguas não poderiam ter-se desenvolvido as culturas humanas, pois as línguas é que permitem não só a transmissão da experiência e dos conhecimentos adquiridos às gerações seguintes, mas também as ações cooperativas que caracterizam a organização dos indivíduos em sociedade. Por outro lado, sendo o código simbólico que permite organizar e fixar na memória os conhecimentos, a língua se impregna a tal ponto da cultura do povo que a fala, que não só sua semântica e seu léxico, mas também sua sintaxe reflete propriedades importantes dessa cultura. Em vista disso, a cada língua corresponde, na realidade, um complexo etnolinguístico, um corpo de hábitos, experiências, conhecimentos, maneiras de ver e de sentir para os quais essa língua tem expressão adequada e imediatamente disponível. Portanto, à diversidade linguística entre os povos corresponde necessariamente uma diversidade cultural, quer se trate de diferenças profundas, quer se trate de variantes culturais menos acentuadas. Se para a Amazônia brasileira pudermos estimar um certo número de línguas antes da penetração dos europeus, deveremos admitir que dessa mesma ordem seria o número de culturas ou de variantes culturais.

2. A diversidade etnolinguística da Amazônia.

Consideremos aqui a diversidade etnolinguística na Amazônia brasileira. Não se sabe o número de línguas existentes nesta região antes da entrada dos europeus. Entretanto, podemos fazer uma primeira estimativa desse número recorrendo ao procedimento que utilizamos para calcular o número de línguas faladas no território brasileiro (Rodrigues, 1993a, 1993b), isto é, pela projeção para a totalidade do território do número de línguas existentes num segmento desse território ainda não afetado ou só pouco afetado pela colonização europeia. Para o território brasileiro utilizamos duas amostragens em áreas diferentes, uma no Brasil oriental e a outra na Amazônia. Precisamente esta última pode ser utilizada para projeção sobre a totalidade do território amazônico brasileiro. Trata-se de um inventário dos povos indígenas que viviam no início do século XVIII entre os rios Tapajós e Madeira, feito por Menéndez (1981), com base em relatos da época. Não se trata de uma amostra ideal, pois a colonização nessa área, embora ainda em estágio incipiente, já poderia ter causado deslocamentos de povos, sobretudo em vista da prática dos missionários jesuítas, nascida no século anterior, de induzir os habitantes de

diferentes malocas a reunir-se em grandes aldeamentos, frequentemente heterogêneos quanto às línguas, para os fins da catequese. Mas essa ainda é, infelizmente, a única amostra que até este momento foi possível identificar. No interflúvio Tapajós-Madeira foram identificados 61 povos e, para dar conta da possibilidade de haver mais de um povo com a mesma língua, foi estimado o número de 45 línguas, com uma redução, portanto, de 25%. Se ainda considerarmos razoável esse tratamento, podemos fazer a projeção desse número, que ocorria numa área amazônica de cerca de 300.000 km², para toda a Amazônia legal, cuja superfície é de aproximadamente 4.000.000 km², o que nos dá perto de 700 línguas. Devemos tomar esse número com bastante cautela, não só pelas razões já assinaladas no outro cálculo - p. ex., não se pode esperar que tivesse sido homogênea a densidade linguística numa área tão grande -, mas também porque contamos com uma só amostra como base para essa projeção. Entretanto, para quem considere exagerado um tão alto número de línguas, recomendamos que veja os dados comparativos com outras áreas tropicais do mundo (da Ásia, da África e da própria América Latina), que apresentamos em nosso estudo sobre a situação linguística do Brasil há 500 anos (Rodrigues, 1993a, 1993b).

3. A importância da diversidade etnolinguística da Amazônia.

A diversidade etnolinguística da Amazônia é importante não só pelo grande número de línguas e, conseqüentemente, de etnias, mas também devido à singularidade de umas e outras. Como linguista, posso falar melhor das línguas que das culturas, mas acredito que o que vou dizer das primeiras será, pelo menos em parte e *mutatis mutandis*, extensível às últimas. A Amazônia é o coração da América do Sul, um continente que permaneceu praticamente isolado do resto do mundo desde seu povoamento há pelo menos 12.000 anos até à chegada dos europeus há cinco séculos. Esse isolamento, condicionado por sua disposição geográfica, com uma única conexão viável pelo Istmo do Panamá, teve como uma de suas conseqüências que as unidades etnolinguísticas que chegaram até este continente, nele passaram a evoluir interagindo entre si, mas sem contacto com os povos dos demais continentes. Essa situação não só impediu ou, pelo menos, reduziu consideravelmente a incorporação de inovações surgidas nos outros continentes, mas favoreceu o surgimento de novidades culturais e linguísticas que ficaram restritas à América do Sul, não tendo podido propagar-se às demais partes do mundo. Se isto parece plausível para todo este continente, tanto mais o será para a sua

parte mais central, que é a Amazônia.

3.1. Especificidades linguísticas na Amazônia.

No que tange mais particularmente às línguas, a previsível ocorrência de fenômenos novos ou raros vem-se confirmando paulatinamente, na medida em que se estende e se intensifica a investigação científica das línguas amazônicas. Nos vários planos estruturais dos sistemas linguísticos e também nas situações de uso social das línguas encontram-se fenômenos antes desconhecidos, alguns dos quais têm levado à revisão de generalizações teóricas feitas sem seu conhecimento.

3.1.1. Fenômenos fonéticos. Assim, no nível puramente fonético, foram registrados na Amazônia alguns sons linguísticos não reportados fora desta região e outros raramente encontrados alhures, em geral no próprio continente americano. No primeiro caso está um som consonantal da língua Pirahã, falada junto a um dos afluentes do rio Madeira, no Estado do Amazonas. Este som (aqui representado por D) é produzido com o mesmo movimento inicial da língua com que se faz o nosso *r* de *arara*, mas abaixando-se as bordas laterais desse órgão e projetando-se a ponta do mesmo para fora da boca por entre os dentes e os lábios: em terminologia técnica, um *flap* (“vibrante simples”) lateral alvéolo-labial sonoro. No segundo caso, o de sons não exclusivos desta área geográfica, mas raríssimos como sons linguísticos, está a consoante vibrante bilabial sonora B, também presente no Pirahã, e sua contraparte surda, isto é, sem vibração das cordas vocais, mas só com a vibração dos lábios, P, que se encontra na língua Arára da família Karíb, no baixo Xingu. A língua Suruí ou Paitér do oeste de Mato Grosso (família Mondé) tem um som até agora observado só nela, uma consoante fricativa lateral surda interdental L (e não alveolar, como a que tem sido descrita para muitas outras línguas).

3.1.2. Fenômenos fonológicos. Do ponto de vista fonológico, isto é, da economia dos sons, o Pirahã também é particularmente notável. Seu sistema consonantal é um dos mais anárquicos que se conhecem, muito pouco configuracional. Por exemplo, o som oclusivo velar [k], que por si só não constitui um fonema, ocorre como variante tanto do fonema oclusivo labial /p/, como do oclusivo dental /t/ e, ainda, do oclusivo glotal /ʔ/ e do fricativo /h/: pode-se dizer que o som [k] é, no sistema fonológico do Pirahã, uma espécie de coringa dos fonemas consonantais surdos, sem individualidade própria.

Nesse sistema há também dois fonemas consonantais sonoros, um labial /b/ e o outro não-labial /g/. Ambos têm uma variante nasal e outra líquida, mas enquanto para /b/ essas são da mesma qualidade labial, [m] e [B], respectivamente, para /g/, que é velar, elas não são velares, mas dentais, [n] e [L], respectivamente. Assim, para os fonemas consonantais, tanto surdos quanto sonoros, prevalece a oposição entre labiais (/p/ e /b/) e não labiais (/t/ e /g/). Outros fenômenos fonológicos de interesse teórico descobertos em línguas amazônicas incluem segmentos fonológicos complexos, com até três fases sucessivas de realização fonética, como no Yuhúp (fam. Makú) da bacia do rio Negro, no Estado do Amazonas, e o Karitiána (fam. Arikém) no Estado de Rondônia; a produção de sons nasais em contacto com fonemas assilábicos glotais, como em Pirahã (fam. Múra) e em Mawé (fam. Mawé, tronco Tupí) no baixo Tapajós, e, inversamente, a glotalização de vogais em contacto com consoantes nasais em Tuparí (fam. Tuparí) na bacia do Guaporé, em Rondônia; etc.

3.1.3. Fenômenos gramaticais. Embora até os anos 70 se considerasse um princípio universal a construção de orações negativas mediante o acréscimo de um ou mais morfemas de negação às afirmativas correspondentes, portanto por um aumento de substância, uma língua de Rondônia, o Karitiána (fam. Arikém) produz orações negativas mediante a supressão das marcas de aspecto e tempo no verbo, portanto por redução de substância. Outro suposto princípio universal foi desfeito nos anos 70 pelo estudo de mais uma língua amazônica. Com base no exame de línguas dos outros continentes, tipologistas haviam concluído que não existiam línguas em que a ordem básica das orações transitivas tivesse o objeto direto nominal em primeira posição. Entretanto, o Hixkaryána (fam. Karíb), no rio Nhamundá no Amazonas, desfez essa conclusão. Entre outros fenômenos gramaticais únicos ou incomuns podemos citar a incorporação de posposições no sintagma verbal em Panará (fam. Jê), hoje na bacia do Tapajós, no Pará, e em Nadêb (fam. Makú), na bacia do rio Negro, no Amazonas; a incorporação recursiva de nomes no sintagma verbal do mesmo Nadêb; a referência alternada (*switch reference*) (isto é, a sinalização de argumentos com referentes idênticos ou diferentes) não apenas no sujeito de orações coordenadas ou subordinadas, mas também no objeto direto e nos complementos indiretos destas, como em algumas línguas da família Tupí-Guaraní; etc.

Considerando que o conhecimento das línguas amazônicas é ainda muito limitado, pois a maioria delas não foi estudada cientificamente e muito poucas das estudadas têm sido objeto de pesquisas mais continuadas e mais profundas, podemos antever que mais fenômenos linguísticos ainda não detectados podem existir e que alguns deles podem ter importância crítica para o melhor conhecimento da linguagem e da mente humana.

4. Os grandes rios amazônicos: vias de progresso, vias de destruição.

Sendo a maior bacia hidrográfica, a Amazônia se constituiu uma enorme rede de vias de transporte e comunicação. Antes da chegada dos europeus essas vias serviram para os povos indígenas não só se expandirem, mas também comerciarem, intercambiando os produtos de suas experiências diferenciadas, guerrearem, disputando as melhores condições de vida, e associarem-se, criando condições de melhor domínio do meio ambiente. Com o uso das tecnologias e das ideologias por eles desenvolvidas esses povos puderam deslocar-se, fazer intercâmbios culturais, atacar e defender-se, preservar sua saúde física e mental e sentir-se protagonistas de uma vida plena de sentido. Ao longo da principal via de comunicação puderam desenvolver-se os grandes cacicados observados pelos primeiros europeus que desceram ou subiram o rio Amazonas e de cuja cultura nos dão alguma ideia os restos de cerâmica artística hoje estudados pelos arqueólogos. Entretanto, com o advento dos europeus, esse mesmo grande rio e seus afluentes se tornaram vias de destruição para os povos indígenas, dando acesso a uma nova gente dotada da tecnologia do ferro e da pólvora e possuidora de uma ideologia de conquista e acúmulo de bens materiais, de exploração da força de trabalho alheia e de imposição de suas próprias ideias e crenças. Os grandes cacicados já nos primeiros decênios de confronto com os Portugueses tinham desaparecido todos, de tal modo que ficou difícil, até recentemente, acreditar-se que tenham existido. Que povo teria produzido a cerâmica marajoara, que outro povo teria feito a cerâmica de Santarém? Que línguas teriam falado esses povos? Dois séculos após a entrada dos europeus, as duas margens do longuíssimo Amazonas estavam praticamente vazias de povos indígenas, e assim estavam também os baixos cursos da maioria de seus afluentes. E nessa enorme área já não se falavam mais as línguas indígenas, mas aí imperava somente a Língua Geral Amazônica, herança dos mamelucos do século XVII convertida em língua comum de toda a população não indígena e instrumento da cultura cabocla,

que incorporou os traços básicos da cultura europeia ocidental associados a elementos de diversas culturas indígenas.

4. Perda linguística, perda cultural.

O processo de exploração colonial da Amazônia, essencialmente espoliativo, causou a extinção da maioria das etnias e das línguas indígenas. Se para o momento de início desse processo podemos estimar cerca de 700 línguas e, naturalmente, outras tantas etnias na Amazônia brasileira, hoje contamos nesta não mais que 140 línguas, ou seja, apenas 20%. Isto implica no desaparecimento, em 400 anos, de mais de 500 povos diferenciados não só por suas línguas, mas certamente também por suas culturas. Pouco importa que se possa supor que muitas dessas culturas e dessas línguas devem ter tido muito de comum entre si; a destruição foi tão grande, tão enorme, que é impossível imaginar o que desapareceu para sempre e se perdeu definitivamente para o conhecimento da humanidade, no fundo, o que se perdeu de humanidade.

Os povos sobreviventes são, em sua maioria, os que estavam mais afastados das principais vias de penetração dos exploradores e dos catequizadores, alguns dos quais, mais recentemente se deslocaram para os vazios criados pelas ações de extermínio e escravização, as *guerras justas*, ou pelas operações de *descimento*, isto é, de remoção para os pontos de concentração criados pelo sistema colonial, que eram os grandes aldeamentos missionários. Muitos desses povos estão hoje em situação muito precária, com suas línguas moribundas, como os Xipáya e os Kuruáya no baixo Xingu, os Kanoê, os Arikapú, os Puruborá e outros em Rondônia, os Tariána no alto rio Negro etc. Em alguns casos a língua está moribunda porque seus falantes jovens, diante de pressões e apelos externos, estão usando preferencialmente ou exclusivamente outra língua, agora em geral o Português; em outros casos, é o próprio povo que está no fim, reduzido a uma ou duas famílias, quando não a um ou dois indivíduos – com a morte destes a língua terá cessado de existir. Para outras línguas o termo “moribundo” seria exagerado ou muito pessimista. Há povos amazônicos que hoje têm um contingente populacional reduzido a poucas dezenas de pessoas, mas que não obstante isso mantêm um controle saudável de sua língua, que continua sendo sistematicamente a primeira de seus filhos. Populações pequenas podem manter-se demograficamente estáveis por várias gerações, como se observa em alguns povos do alto Xingu, ou podem mesmo, superadas as condições que determinaram sua redução, crescer substancialmente e afastar-se do risco

de extinção. É bem conhecido o caso do povo Tapirapé, em Mato Grosso, que, graças a uma intervenção externa positiva em momento de crise aguda, teve seu contingente populacional elevado de 50 para 400 pessoas em cerca de cinquenta anos, sendo todas essas pessoas falantes ativas de sua língua. Nem sempre, porém, a estabilidade demográfica implica em estabilidade linguística. Em regra, as populações pequenas sofrem mais fortes injunções negativas com respeito a sua cultura e a sua língua e mais rapidamente são levadas a abandoná-las. Às vezes, entretanto, dadas outras circunstâncias, populações maiores são mais afetadas pelos fatores negativos externos. É, por exemplo, o caso dos Múra da região de Autazes, no baixo Madeira, cuja população hoje remanescente é de 1.400 pessoas, as quais não falam mais a língua Múra, em contraste com seus parentes étnicos, os Pirahã (também chamados Múra--Pirahã), no Maici, afluente do alto Madeira, que são apenas 150 indivíduos, que ainda conservam seu idioma.

5. Línguas ameaçadas.

No mundo globalizante de hoje consideram-se línguas ameaçadas de extinção aquelas que têm menos de 100.000 falantes. Por esse critério todas as línguas indígenas do Brasil estão entre as mais ameaçadas. A língua com maior número de falantes na Amazônia brasileira é a dos Tikúna ou Tukúna, um povo com uma população de cerca de 23.000 pessoas estabelecidas ao longo do rio Solimões desde a foz do Jutai até a fronteira com o Peru e com a Colômbia (há mais cerca de 4.500 Tikúna no Peru e outros tantos na Colômbia). O número médio de falantes por língua na Amazônia Legal está hoje em cerca de 1.000. Entretanto, como há números bem superiores a esse, há também os muito inferiores. Se, para um programa de pesquisa urgente urgentíssima, que se faz necessário, priorizarmos as línguas faladas por não mais de 200 pessoas, teremos um universo de 61 línguas amazônicas, das quais 28 têm sido estudadas, algumas de maneira mais completa, outras só parcialmente, enquanto que as demais 33 ainda não foram objeto de estudo. Nestes últimos dez anos morreram os últimos falantes de Kokáma no Brasil (pode haver ainda alguns velhos no Peru ou na Colômbia), que foram os informantes de Ana Suelly Cabral no Solimões; morreu o último falante de Baré identificado no Brasil (pode haver algum ainda na Venezuela), que foi o informante de Christiane de Oliveira no alto Rio Negro; não tenho conseguido notícias nos últimos anos do último falante da língua Máku, com o qual trabalhamos eu e Iraguacema Maciel

em Roraima. No Pará, das línguas Anambé, Kuruáya, Xipáya só há falantes idosos, os sobreviventes do povo Amanayé só lembram expressões soltas de sua língua. É como se as línguas estivessem – e estão – desaparecendo diante de nós. E as iniciativas para organizar um programa de pesquisa linguística urgente falham pela falta de recursos financeiros, pela indiferença e incompreensão até nos meios universitários e pela falta de pesquisadores bem treinados. Não só é urgentíssimo documentar as línguas que estão mais imediatamente ameaçadas de desaparecimento, mas é essencial também que se promovam ações adequadas para assegurar a sobrevivência das demais línguas e a adaptação das respectivas culturas às novas situações, sem que isso implique em pura desvalorização e eliminação dos conhecimentos de toda ordem adquiridos e consolidados ao longo de séculos.

Referências

RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.* v. 9, n. 1, 1993a, p. 83-103.

_____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Ciência Hoje* v. 95, 1993b, p. 20-26.

Texto convidado.